

A Questão Democrática no Brasil e na Bolívia: contribuições de Weffort, Coutinho e Zavaleta Mercado

The democratic question in Brazil and Bolivia: contributions of Weffort, Coutinho and Zavaleta Mercado

Allysson Lemos GAMA DA SILVA¹

Resumo: Este artigo reflete sobre as noções de democracia fundadas na América Latina, em particular no Brasil e na Bolívia, a partir da produção política e intelectual da esquerda e dos movimentos sociais. Faça-o a partir dos escritos de intelectuais influentes no contexto político de declínio das ditaduras militares na região, a saber, Francisco Weffort, Carlos Nelson Coutinho e René Zavaleta Mercado, autores fundamentais neste período. Metodologicamente, trabalho a relação entre intelectuais e movimentos sociais visitando o debate da sociologia dos intelectuais, discutindo autores como Gramsci, Weber, Ricupero e outros. A partir desta reflexão podemos notar no que a concepção de democracia destes autores se distinguiu dos parâmetros hegemônicos.

Palavras-chave: Intelectuais; América Latina; Movimentos Sociais.

Abstract: In this article, I reflect on democracy notions that rise in Latin America, particularly in Brazil and Bolivia, observing the left's intellectual and political production. I do it analyzing the writings of influential intellectuals in the political context of military dictatorships decline, such as Francisco Weffort, Carlos Nelson Coutinho and René Zavaleta Mercado, who were fundamental authors in this period. In terms of methods, I analyze the debate about the relationship between intellectuals and social movements, since the understanding of authors such as Gramsci, Weber, Ricupero and others. Therefore, I analyze differences between the notions developed in this context and the hegemonic ones.

Keywords: Intellectuals; Latin America; Social Movements.

Recibido: 04 de octubre de 2021 Aceptado: 30 de junio de 2022

Introdução

O presente trabalho visa fazer um balanço em perspectiva comparada do debate acerca do tema da democracia no contexto de crise dos regimes militares na América Latina, a partir dos casos brasileiro e boliviano. Este tema será abordado a partir da análise das obras *O Populismo na Política Brasileira* de Francisco Weffort² (1980) [1978], *A democracia como valor universal* de

¹ Brasileiro. Mestre e Doutorando pelo PPGCS-UFRRJ, allysson.lemos@yahoo.com.br

² Francisco Weffort (1937-2021) foi um cientista político e um político de grande influência no Brasil. Foi Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores (PT) de 1984 a 1988 e Ministro da Cultura entre 1995 e 2002 nos governos de Fernando Henrique Cardoso, quando deixou o PT. É reconhecido como o principal intelectual da chamada teoria do populismo e escreveu obras como *Formação do pensamento político brasileiro* (2006), *Os clássicos da política* (1989) e *Por que democracia?* (1984). A reflexão presente na obra que debatemos neste artigo, *O Populismo na Política*

Carlos Nelson Coutinho³ (2014) [1979] e *Las masas en Noviembre* (2009) [1983] de René Zavaleta Mercado⁴, destacados intelectuais desses países, que foram influenciados e influenciaram diretamente os rumos dos movimentos sociais, dos partidos e frentes políticas nascentes e, também, os intelectuais de gerações futuras.

Este trabalho corresponde à etapa atual de minha pesquisa de doutorado, onde debato a influência de intelectuais e seu ativismo na conformação de segmentos da esquerda latino-americana, examinando particularmente os casos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e do Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP) na Bolívia. Proponho tal comparação refletindo sobre a possibilidade de, em seus projetos políticos, as esquerdas produzirem Pensamento Social. Como esses pensamentos sociais ocasionam em práticas políticas, ou, ao contrário, buscam produzir uma síntese dessas práticas é um dos interesses de minha pesquisa.

Além desta introdução e das referências bibliográficas, o trabalho se divide em mais 4 seções: “Alguns paradigmas sobre o estudo intelectual na política”, onde debato minha metodologia de pesquisa tendo em vista o tipo de intelectual pesquisado; “Os contextos nacionais”, onde se colocam os debates políticos e intelectuais enfrentados pelos autores; “A ideia de democracia”, onde faço a análise textual dos intelectuais tendo em vista esse debate; e as considerações finais.

Alguns paradigmas sobre o estudo do intelectual na política

É importante destacar, que estes intelectuais não concebem suas ações políticas e científicas como atividades eticamente distintas, como na tradicional forma weberiana de pensar o tema:

Com efeito, uma coisa é tomar uma posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas de partidos. Quando, numa reunião pública, se fala de democracia, não se faz segredo da posição pessoal adotada e a necessidade de tomar partido de maneira clara, se impõe então como um dever maldito. As palavras empregadas numa ocasião como essa não são mais instrumento de análise científica, mas constituem apelo político destinado a solicitar que os outros tomem posição. (Weber, 1989: 38)

Ao contrário do proposto por Weber, os intelectuais mencionados estão propondo soluções ao Brasil ou à Bolívia. Poder-se-ia afirmar que em alguns casos se trata de acadêmicos que separariam as “duas vocações”, mas é impossível negar que é o seu capital simbólico adquirido como especialista que garante a influência política que detém. Para Pierre Bourdieu (2004), o capital científico é uma espécie de capital simbólico, o que implica dizer que se deve pelo

Brasileira (1980), corresponde plenamente segundo Montenegro (2009) com a forma com que os trabalhadores grevistas do ABC pensavam a si próprios, e teve larga influência na fundação do PT e na política adotada nos anos 1980.

³ Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) foi um importante marxista brasileiro, nascido em Itabuna na Bahia, graduado em filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Coutinho é reconhecido por trazer as discussões do italiano Antonio Gramsci para o Brasil, além do texto “A Democracia Como Valor Universal”, de sua autoria, que propunha uma renovação do comunismo brasileiro introduzindo o debate da questão democrática, o que aprofundarei mais ao longo do texto. Escreveu outras obras como *Gramsci e América Latina* (1998), *De Rousseau a Gramsci – Ensaios de Teoria Política* (2011) e *Cultura e Sociedade no Brasil* (2005).

⁴ René Zavaleta Mercado (1935-1984) foi um sociólogo boliviano, diretor-fundador da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), e professor da Universidad de San Andrés (UMSA), Oxford, e outras. Como político, foi ministro de Minas e Petróleo durante o primeiro governo revolucionário do MNR. Também é reconhecido por debater o legado de Gramsci na Bolívia e renovar a teoria gramsciana a partir da realidade boliviana.

conhecimento e reconhecimento dos “pares-concorrentes” internamente ao campo científico (Bourdieu, 2004).

Faz-se interessante a crítica de Antonio Gramsci à concepção do senso comum sobre o que seriam os intelectuais. Para ele, há uma tendência de separar intelectuais e trabalhadores pelo tipo de atividade produtiva que realizam. Então haveria o trabalho caracterizado pela atividade muscular-nervosa, e o outro no qual predomina o uso da mente, da razão. Assim, o autor entende o ser intelectual como uma função na sociedade, qual seja, a de ser responsável por formular sínteses coletivas, função essa necessariamente ligada a um determinado grupo social:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (Gramsci, 1982: 8-9)

A função de intelectual, portanto, poderia ser a de um dirigente político. É a forma como o autor concebe a ideia de intelectual orgânico. Ao tratar da Itália, identifica, por exemplo, como intelectuais orgânicos ligados à aristocracia fundiária os eclesiásticos, justamente por serem aqueles responsáveis por difundir os valores desta classe.

O espaço de atuação dos intelectuais orgânicos, nota Gramsci, é a sociedade civil. Nela disputam os valores da sociedade, sejam os intelectuais ligados ao grupo dominante, buscando produzir consensos, sejam os intelectuais ligados aos grupos subalternos, organizando a contra-hegemonia.

Sem propor uma simples adesão à formulação gramsciana, é interessante notar que por vezes estes intelectuais são dirigentes políticos e, por vezes, não. Por vezes há intelectuais orgânicos oriundos das próprias articulações operárias, indígenas, camponesas, e, por vezes, essas classes subalternas realizam alianças com setores de especialistas das universidades. Eventualmente, estas duas condições se misturam, quando especialistas assumem o papel de dirigentes políticos.

Para a análise dos intelectuais selecionados, analiso texto e contexto. Admitindo que há análises que deliberadamente privilegiam uma ou outra dimensão, Ricupero (2000) debate os limites das duas perspectivas. Naquela em que o texto ganha predominância, o argumento é que algumas ideias ganham ares de universalidade para além do tempo em que foram geradas. A outra abordagem, que privilegia o contexto sócio-histórico, entende que a produção das ideias se dá a partir de condições específicas em que viveu o autor, implicando nas preocupações do mesmo (Ricupero, 2000).

Ricupero critica ambas as perspectivas. Analisando a obra de Caio Prado, argumenta que priorizando apenas o contexto sócio-histórico, chegaria à conclusão de que se trata de um intelectual comunista, um membro da geração de intelectuais dos anos 1930, um marxista brasileiro, e assim não se conseguiria compreender por que ele divergiu dos respectivos pares dessas categorias às quais pertence. Por outro lado, se fosse verdadeira a perspectiva de que ideias são universais e possuem valor independente de seu contexto, não faria sentido estudá-las historicamente (Ricupero, 2000).

Os contextos nacionais

Para entendermos o contexto histórico dos debates surgidos nos movimentos sociais em ambos os países, faz-se interessante mapear o debate no campo intelectual, os valores políticos com os quais essas gerações dialogaram e aos quais se opuseram. Fazemos então um apanhado histórico do debate latino-americano, em especial aquele que influenciou o pensamento de esquerda no

século XX.

Uma corrente fundamental é a cepalina, surgida nos anos 1950. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, no período do pós-guerra, quando ganhava força a discussão sobre o subdesenvolvimento dos países da periferia do sistema capitalista. Nela se engajaram importantes intelectuais do subcontinente, como o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado. Tratou-se de um pensamento que se contrapunha politicamente às elites oligárquicas das novas repúblicas latino-americanas e às ideias de uma suposta vocação agroexportadora destes países, e, ao contrário, propunham que haveria um atraso tecnológico em relação aos países centrais e à modernidade capitalista. Por meio de suas teses que visavam superar os entraves dessas sociedades, apresentaram o desenvolvimento para a América Latina como solução para seus problemas sociais. Segundo Prebisch, “Aí está o significado fundamental da industrialização de países novos. Não é ela um fim em si mesma, mas o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas (Prebisch, 1986: 479).

Neste sentido, se tratava de atrair e desenvolver a indústria, para que também se criasse um mercado interno e, assim, elevando o consumo das massas, se estaria melhorando seu modo de vida. Vale dizer que estas teses tiveram ampla aceitação nas políticas de Estado, bem como se retroalimentavam destas. Estas teses deram subsídio para os governos de cunho nacional-desenvolvimentista, que predominaram nesta época sobretudo no Brasil, México e Argentina. O nacional-desenvolvimentismo, por sua vez, deixaria forte legado nesses países, e parte dessas ideias seriam acionadas novamente em outros períodos históricos, como no chamado “ciclo progressista” do começo do século XXI.

O marxismo ligado à III Internacional também dialogava diretamente com as teses do desenvolvimento para a América Latina. A política dos comunistas pressupunha a necessidade de “desenvolvimento das forças produtivas” como forma de superação dos vínculos semifeudais presentes na estrutura do latifúndio. Era necessária uma revolução democrático-burguesa como etapa da luta pelo socialismo. Este raciocínio pode ser encontrado na obra de Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio: o regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo?* (1997).

Estes valores políticos, por mais que tenham influenciado as políticas públicas de PT e MAS quando nos governos, foram alvo de dura oposição, principalmente por parte de seus intelectuais, à época que estes partidos foram fundados, ou que os movimentos que os compõem começaram a ter protagonismo.

No caso brasileiro, a crítica se voltou contra os governos da época do trabalhismo e, no sindicalismo, à aliança entre Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (ou Partido Comunista Brasileiro, a depender do momento)⁵ (PCB), que segundo os críticos do populismo seria a expressão do corporativismo sindical, do sindicato visto como correia de transmissão do Estado. Da parte dos comunistas, tratava-se, nos anos 1950, precisamente de uma aliança com setores da burguesia nacional para a superação dos resquícios feudais no campo, ou em outras palavras, do atraso. Esta tese também foi amplamente criticada nos primórdios do PT por aqueles que se colocavam como herdeiros da teoria da dependência e, portanto, que não acreditavam em qualquer forma de feudalismo nem no período colonial, nem muito menos no republicano.

O ascenso da classe trabalhadora no declínio do regime militar viu na crítica à relação entre Estado e classe trabalhadora - onde se percebe subserviência da última em relação ao primeiro no

⁵ Em 1960 o Partido Comunista do Brasil muda de nome para Partido Comunista Brasileiro, o que envolveu grande polêmica interna.

período de hegemonia do trabalhismo no Brasil - um componente discursivo fundamental, inclusive na formação da identidade petista nos anos 1980. Este raciocínio seria muito influente nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira, sindicalismo e Estado, no que ficou conhecido como a teoria do populismo, cujo principal expoente foi Francisco Weffort:

A singularidade do caso de Weffort é facilmente compreensível: suas análises do período histórico que vai de 1930 a 1964, bem como suas reflexões acerca da necessidade de emergência da classe operária como ator social e político autônomo com relação ao Estado e aos partidos tradicionais da esquerda, apresentavam uma impressionante afinidade com a imagem que os dirigentes do *novo sindicalismo* viriam a construir de si mesmos e de seu papel histórico. A ampla influência das teses de Weffort junto à intelectualidade brasileira nos anos 70 e 80 contribuiu decisivamente para que a construção de uma *narrativa* da história do movimento operário brasileiro que atribuía ao PT o papel de agente mais importante para a superação da herança populista. (Montenegro, 2009: 142-143)

Há também um importante questionamento ao marxismo inspirado na União Soviética, de diferentes tons, e a proposição de um “socialismo democrático”. Segundo Singer (2020), a ideia de socialismo democrático teve inspiração na experiência de vitória da esquerda por meio de eleições, como se deu no Chile com Salvador Allende. Faz-se notar aqui a influência do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como valor universal” (2014). Em diálogo com as formulações do comunista italiano Enrico Berlinguer, Coutinho defende neste artigo a conexão entre socialismo e democracia, com o objetivo de propor uma solução socialista para o Brasil da Ditadura Militar e, também, criticar a herança soviética, cujos defensores teriam uma visão da democracia como algo instrumental, tático, enquanto ele lhe atribuía um caráter estratégico, universal. O texto foi um grande “manifesto democrático que orientou o processo de abertura” (Fontenele e Silva, 2019: s/p).

O processo de derrota da oligarquia na Bolívia apresenta algumas convergências e divergências que devemos destacar. Primeiramente, o período nacional-desenvolvimentista foi mais curto, uma vez que teve início mais de 20 anos depois, no episódio conhecido como a Revolução de 1952, e fim também em 1964 com o golpe militar, assim como no Brasil. Tratou-se de um movimento histórico bem mais radicalizado, onde predominou a luta armada como tática de contestação ao monopólio do latifúndio sobre o poder político e econômico. Assim, o questionamento à propriedade privada é um elemento significativo, decorrendo em um amplo processo de reforma agrária na região do Trópico de Cochabamba, tema que no Brasil permanece um tabu.

Todavia, a direção revolucionária deu fortes contornos nacionalistas, e não propriamente socialistas, ao processo. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que tinha a liderança do movimento mineiro boliviano, havia ganhado as eleições presidenciais em 1949, porém esta vitória não foi reconhecida pelo poder estabelecido, o que desencadearia o processo revolucionário. As políticas que se sucederam nos governos revolucionários visavam também a unificação territorial e cultural do país, e foi o sindicato a instituição a promover a cidadania boliviana, com pretensões homogeneizantes:

Em um sentido, o sindicalismo é o principal meio de exercício do novo status cidadão adquirido pelo campesinato-índio depois da revolução. Mas em outro sentido – particularmente evidente em zonas como o Norte de Potosí – não é senão a prolongação dos seculares esforços civilizadores impostos pela casta *criolla* dominante à massa índia colonizada. (Cusicanqui, 2010: 165).

Assim, a reforma agrária realizada nos governos do MNR reconhecia apenas títulos individuais de terra, e a estrutura por meio da qual se poderia garantir o acesso à terra era o sindicato, e não a comunidade indígena. Com isto, os nacionalistas revolucionários visavam criar o átomo político da nação: o cidadão boliviano, que por sua vez, não podia considerar a diversidade das formas de existência.

Em reação a estas políticas surgiria a corrente política indianista, cujo principal intelectual e dirigente político foi Fausto Reinaga. Advogado e deputado, Reinaga teve atuação anterior no próprio nacionalismo revolucionário, porém adotaria uma postura crítica às políticas do chamado “Estado de 52”. Dizia ele que não havia apenas uma nação boliviana, como queria a “elite branco-mestiça”, mas também a “Nação Índia” e, portanto, a realidade do país era marcada pela luta entre estas “Duas Bolívias” (Reinaga, 2010).

O indianismo de Reinaga consiste em tomar como parâmetro de seu programa político a vida social que considera originária, anterior à chegada do espanhol na América, organizada a partir dos *ayllus*⁶, onde se pensa a relação com a natureza a partir da ideia de reciprocidade, diferente da concepção antropocêntrica do mundo. Assim, trata-se de uma proposta de politização dos *ayllus*⁷, transformando-os em estruturas representativas neste repertório de contestação índio. Dessa forma, Reinaga rejeitava a organização nos sindicatos e a luta por aumento de salários, que ele considerava fazer parte do repertório político ocidental e da colonização do índio⁸ (Gama da Silva, 2016).

Na Bolívia se formou uma estrutura política corporativista tendo por base o sindicalismo como acesso à cidadania, desde a vitória da Revolução de 1952 aos governos militares. Como reação ao Pacto Militar-Camponês e à visão estabelecida até então do que era a nação boliviana, se desenvolveu a ideia de que era preciso analisar a política sob a lógica da *dobles mirada*: o olhar da classe e o olhar da etnia. Os kataristas, como eram conhecidos estes setores camponeses, diriam que a Bolívia vive a situação de um capitalismo colonial, onde o indígena é dominado como classe camponesa e como nações originárias não reconhecidas, e se somaram à greve geral operária de 1979. Este movimento insurgente do final dos anos 1960 também se opôs às direções sindicais, sobretudo no campo, onde prevaleciam agentes do governo durante os regimes militares, no que ficou conhecido como Pacto Militar-Camponês. Mas em relação ao movimento operário, *locus* do marxismo tradicional na Bolívia, a grande diferença política era que, enquanto a esquerda de referência soviética apostava no desenvolvimento industrial como solução para a superação do atraso no país, não poucas vezes identificado com as comunidades indígenas, os kataristas acreditavam que eram justamente os indígenas que poderiam liderar a luta pela descolonização da Bolívia. Como diria o ex-vice-presidente Álvaro García Linera sobre este período:

O marxismo dessa primeira época foi, sem dúvida, uma ideologia de modernização industrial do país no plano econômico e de consolidação do Estado Nacional no plano político. No fundo, todo programa revolucionário dos distintos marxismos daquela etapa, até os anos 1980, teve, mesmo assumindo diversos nomes – a revolução “proletária do POR, “democrático-burguesa em transição ao socialismo” do Partido Comunista Boliviano, de “libertação nacional” do Ejército de Liberación Nacional (ELN), “socialista” do Partido Socialista 1 (PS-1) –, objetivos

⁶ *Ayllus* são estruturas de organização da vida social encontradas nos povos quéchua e aymara, etnias predominantes na região da Cordilheira dos Andes.

⁷ A respeito deste tema, é preciso notar que Reinaga esteve influenciado por Mariátegui, que antes dele já abordava os *ayllus* do Peru como estruturas similares às comunas do socialismo científico e rompia, portanto, com a tese da centralidade do proletariado predominante nas teses da III Internacional (Galindo, 1980).

⁸ Segundo Reinaga, a luta do índio na Bolívia era por se descolonizar. Essa ideia de uma continuidade entre o período colonial e o republicano sob a perspectiva do índio teve inspiração na obra de Franz Fanon e sua interpretação da luta de libertação nacional na Argélia (Ticona Alejo, 2013).

similares: desenvolvimento incessante da modernidade capitalista do trabalho, substituição das relações “tradicionais” de produção (especialmente da comunidade camponesa, que deveria “coletivizar-se” ou “obreirizar-se”), homogeneização cultural para consolidar o Estado e uma crescente estatização das atividades produtivas como base de uma economia planificada de uma coesão nacional-estatal da sociedade. (García Linera, 2010 p. 318)

Os kataristas eram, portanto, estudantes de origem aymara e quéchua que tiveram acesso às leituras de Fausto Reinaga e se propuseram a divulgar suas ideias entre estas populações. Fizeram-no, contudo, desenvolvendo suas ideias de uma forma que fosse possível conciliar a pauta sindical com a questão étnica e isto, dentre outros exemplos relevantes, foi fundamental nas articulações políticas que se deram dez anos depois de seu surgimento, unindo camponeses e operários sob a pauta da democracia (Hurtado, 1986)

Foi neste contexto político que se deram as reflexões de René Zavaleta Mercado, que, ao formular sua noção de formação social *abigarrada*, dizendo que “em cada vale da Bolívia há uma pátria”, com línguas e temporalidades distintas, mudou a forma de conceber a questão nacional e democrática no país, fazendo profundas críticas às instituições representativas e ao arcabouço de valores liberais.

Enfim, a análise dos autores supracitados pode nos informar sobre como o processo de redemocratização no continente foi pensado de diversas maneiras, porém convergiu para novas formas de organização da ordem política.

A ideia de democracia

Pensar a questão democrática na América Latina, portanto, é levar em conta o contexto histórico no qual se buscava superar, em escala regional, regimes militares que empregaram a perseguição política a opositores, com práticas de tortura e extermínio, a fim de impedir a participação popular nos processos decisórios de seus respectivos países. Estes regimes contavam com apoio internacional, em particular do governo dos Estados Unidos da América, que visava conter possíveis processos de radicalização na região, tendo em vista o conflito geopolítico da Guerra Fria.

Evidentemente, nem todas as forças políticas engajadas no processo de redemocratização viram o processo com esse grau de radicalidade, de forma que a visão sobre o que é a democracia a ser instituída esteve em disputa nesse processo. Para fins deste artigo, cabe compreender melhor o que se postulava nessa esquerda que se configura no período, junto com a emergência de movimentos sociais e manifestações massivas. Assim, não bastaria uma revisão da teoria democrática e, por isso, enfatizo os valores desenvolvidos nos repertórios de ação política desses manifestantes, expressos também na produção teórica de intelectuais com que mantinham relação mais ou menos orgânica.

Um exemplo importante é o tema do sufrágio universal. No senso comum, muitas vezes se reduz a democracia à participação eleitoral, ou seja, à possibilidade geral de se candidatar a cargos públicos e a votar em representantes políticos. Chama a atenção que em nenhum dos autores analisados a democracia esteja restrita à dinâmica eleitoral, ainda que, evidentemente, seja considerada fundamental, assim como o direito de fazer oposição.

Sobre este último aspecto está a ênfase dos autores. Fazer oposição, e não somente no parlamento, mas nas ruas, nos bairros nas associações populares, ou seja, a política feita *desde baixo*, com independência. Este é o objeto principal de Francisco Weffort, que vê na falta de independência política da classe trabalhadora o principal entrave democrático no Brasil. Critica a tendência ao individualismo presente na política brasileira, que reduz a democracia ao sufrágio:

“Pelo contrário, na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política numa relação entre indivíduos” (Weffort, 1980: 20).

A crítica de Weffort não se restringe ao período militar. O autor diz que, desde a Revolução de 1930, se formou no Brasil uma estrutura política na qual as associações populares se converteram em correias de transmissão do Estado, e passaram a ser dependentes das políticas governamentais. Portanto, o que se convencionou chamar de “teoria do populismo”, passa justamente por perceber a dinâmica da relação entre Estado e classes sociais no Brasil. Para o autor, essa estrutura política foi a base para o desenvolvimento da indústria no Brasil, que era, na visão do populismo, o caminho para o progresso nacional. Segundo o autor, seriam características do populismo:

1- massificação” provocada pela proletarização de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”(…) 2 - perda da representatividade da “classe dirigente” - e, em consequência, de sua exemplaridade - que, assim, se transforma em “dominante”, parasitária; 3 - aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social. (Weffort, 1980: 26)

Portanto, para o autor, formou-se uma estrutura de incorporação das massas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, por meio do carisma do líder, que fala em nome das massas e enuncia seus desejos. Esta chave interpretativa também é comum a Carlos Nelson Coutinho que, acionando o conceito de “via prussiana” de Lênin, nota que as transformações sociais e políticas no Brasil sempre se deram “através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de ‘cima para baixo’ com a conservação essencial nas relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional” (Coutinho, 2014: 8).

Contudo, Weffort nota que, contraditoriamente, há certa influência passiva das massas no processo decisório no período populista:

Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia defronta-se, apenas começa a instaurar-se no pós-guerra, com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial do novo período. Se conseguirmos, no exame dos acontecimentos, ir além das sugestões ilusórias do detalhe, encontraremos a pressão crescente das massas sobre a estrutura do Estado como uma das condições decisivas da crise desta fase. (Weffort, 1980: 17)

Portanto, ainda que acredite que a política realizada no período populista fosse insuficiente do ponto de vista dos objetivos da classe trabalhadora, Weffort entende que o golpe de 1964 teve por objetivo conter a influência popular na esfera decisória, reprimindo as associações da sociedade civil e marginalizando a esquerda e a oposição partidária. O autor entende que a “democracia brasileira vinha progressivamente deixando de ser a mera formalidade, como o fora antes de 1930, que apenas consagrava os ajustes de interesse entre os grupos dominantes” (Weffort, 1980: 22). Este trecho é bem ilustrativo da concepção de democracia do autor, fortemente ligada à ideia de participação ativa da classe trabalhadora na política institucional.

Concepção bastante semelhante é encontrada em Coutinho. O autor resgata o debate sobre socialismo e democracia presente nos clássicos do marxismo, para fundar um debate sobre

democracia no Brasil que vá além dos parâmetros colocados pelo liberalismo. Neste sentido, o conceito de hegemonia é fundamental para entender o papel das classes sociais no contexto democrático. Diz ele:

Isso não significa, decerto, que a democracia socialista (...) possa ser vista como uma simples continuação da democracia liberal tal como esta foi concebida pelos teóricos do século XVIII (Locke, Montesquieu etc.) (...) a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica (Coutinho, 2014: 4-5).

Tais institutos se referem, precisamente, à articulação de trabalhadores na esfera da sociedade civil, que uma vez instaurada a democracia socialista, ganhariam ares oficiais. Os trabalhadores, portanto, teriam a hegemonia nesta nova ordem. O autor deixa claro também que esta concepção se trata de uma alternativa ao modelo soviético, já que a resistência ao mesmo era consenso no marxismo ocidental. É citado no texto a célebre frase de Enrico Berlinguer, dirigente comunista italiano: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”. (Berlinguer *apud* Coutinho, 2014: 1)

O debate a respeito do pensamento de Berlinguer deixa clara sua referência ao eurocomunismo, tendência dos partidos comunistas da Europa Ocidental, que viriam a sofrer duras críticas das esquerdas de inspiração soviética, justamente no que diz respeito a uma tática de priorização de disputa do sufrágio e composição de governos de frente ampla no contexto do modo de produção capitalista. Esta crítica se reverberou na produção de Coutinho também, ainda que ele seja enfático na distinção que faz entre democracia liberal e democracia socialista. Vejamos de que forma:

A ideia dessa articulação entre democracia representativa e democracia direta já faz parte do patrimônio teórico do marxismo (...) É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese de vários sujeitos políticos empenhados na transformação social - uma síntese que respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base - seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe em outras palavras é a constituição do “autogoverno dos produtores associados”, a que se referiam Marx e Lênin. (Coutinho, 2014: 6)

Portanto, a concepção de democracia de Coutinho seria como uma soma da democracia representativa com a democracia direta, aquela exercida na prática política da classe trabalhadora. Examinando a história da discussão sobre democracia na Bolívia, Zavaleta Mercado defende uma visão parecida com a de Weffort e Coutinho, dizendo que a democracia deve ser entendida como a “autodeterminação das massas”. Para ele não há democracia sem consenso operário, e esse deve ser o parâmetro para considerar determinado projeto democrático ou não (Zavaleta Mercado, 2009). Em termos de teoria política, é interessante notar que o parâmetro principal para pensar a representação nesses autores é a dinâmica da sociedade civil e, menos, a ideia de um cheque em branco entregue a representantes eleitos.

Mais adiante, contudo, Coutinho afirma que para aquele momento da luta política no Brasil, a questão das liberdades político-formais era o tema mais urgente e que unificava a todos os opositoristas. Esta noção, que implica numa percepção de etapas da luta política, juntamente com a referência ao eurocomunismo, pode ter aberto margem às críticas efetuadas por outros marxistas. O mais interessante é que esta interpretação que parece considerar o argumento apenas

parcialmente, também foi feita por parte dos entusiastas deste texto de Coutinho, que utilizaram esta leitura para fomentar uma prática política voltada para a disputa eleitoral, exigindo que o próprio autor se dedicasse diversas vezes a defender o que seria a interpretação legítima da obra (Fontenele e Silva, 2019).

Outro elemento fundamental para entender a concepção de democracia socialista em Coutinho é a ideia de pluralismo. Para o autor, a hegemonia da classe trabalhadora não seria sinônimo de homogeneização, podendo haver divergências sobre diversos assuntos concretos, e nisto mais uma vez critica o modelo soviético:

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista. (Coutinho, 2014: 4)

Esta ênfase na pluralidade no pensar o socialismo o aproxima de Zavaleta Mercado, mas apenas parcialmente. O último considera como base de seu pensamento a pluralidade da sociedade boliviana, levando em consideração a diversidade étnica. Aqui é importante ressaltar a diferença do boliviano para os autores brasileiros, que em nenhum momento tratam desta questão com olhar político. A explicação para isto pode estar na própria dinâmica da luta política nos dois países: no Brasil, ainda que a diversidade cultural e social seja flagrante, ela não teve êxito, ao menos até o tempo em que viveram esses autores, em se colocar com centralidade no debate político do país. O mesmo não pode ser dito da Bolívia, onde a questão indígena se tornou o centro dos repertórios de contestação à ordem pública.

Assim sendo, o problema da democracia na Bolívia é colocado sob o prisma do que o autor chama de formação social *abigarrada*. Para ele, a Bolívia, abrigando em seu território diversos povos, línguas e temporalidades distintas, cria obstáculos ao que chama de vontade geral por meio do sufrágio. A questão é tratada em perspectiva gramsciana, uma vez que tal vontade geral se funda na ação política reivindicativa, sendo a atuação política das classes subalternas a própria medida da democracia, uma vez que o diverso se une na crise. Vejamos como o autor considera a formação *abigarrada* boliviana:

Temos, por exemplo, um estrato, o principal, que provém da construção da agricultura andina, ou seja, da formação do espaço; temos, por outro lado (...) o que resulta do epicentro potosino, que é o maior caso de descampesinização colonial; verdadeiras densidades temporais mescladas, não apenas entre si dos modos mais variados, mas também com o particularismo de cada região, porque aqui cada vale é uma pátria, em um composto no qual cada povo veste, canta, come e produz de um modo particular e todos falam línguas e sotaques diferentes sem que, nem uns, nem outros possam se chamar por um instante a língua universal de todos. Em meio à tal coisa, quem poderia atrever-se a sustentar que essa desagregação tão heterogênea pudesse concluir no exercício de uma quantificação uniforme do poder? (Zavaleta Mercado, 2009: 214)

Portanto, o que está sendo questionado pelo autor é a perspectiva de que a Bolívia possa ser considerada apenas uma comunidade de iguais, portanto, uma nação nos termos clássicos do liberalismo, como uma reunião de cidadãos, pensados de maneira homogênea (Anderson, 2008). A composição da ordem política precisa levar em conta a pluralidade de sujeitos que compõem o país. Nas palavras do autor, a história boliviana desmente a tese do advento do “eu”, onde a igualdade se mede por cidadania, na qual o capitalismo proveria democratização social acompanhado de democratização política por meio da democracia representativa:

Seria um erro sustentar que existe uma tradição democrática (no sentido representativo) entre as massas bolivianas (...). Tal como se diz: por que, aos olhos populares, é tão claro que o ano de Torres foi democrático? Porque nele existiu liberdade operária. Com Torres, que não fez eleições nem pensou nelas, e não com Barrientos, que sim as fez⁹. As horas democráticas são, para as massas e sua memória, Busch, Villarroel, ditadores ambos, ou ao menos governos de fato que, de maneira significativa, resolveu ser o MNR em 1952; o MNR que, ainda que fundasse sua legitimidade na vitória nas urnas, jogou fora tudo o que não fora seu próprio poder depois da vitória armada, sobretudo o parlamento que, havendo sido eleito junto ao MNR, foi deslegitimado por um ato de massas¹⁰. Há toda uma literatura para manifestar este desprezo popular pelo que se chamou, com um gracejo próprio, a democracia *huayraleva*.¹¹ (Zavaleta Mercado, 2009: 241-242)

Como se pode notar, o autor demonstra uma posição mais radical em relação à democracia representativa que Coutinho. Para ele, a luta por “liberdades formais”, por exemplo, não se coloca como uma etapa numa escala de democratização. O autor considera mesmo que democracia se trata de outro assunto, que não a fórmula liberal, a questionando em todos os seus parâmetros e a contrastando com a realidade boliviana. Assim, apesar de convergirem na ideia de que o pluralismo é fundamental a uma sociedade socialista e democrática, Zavaleta Mercado radicaliza esse pluralismo em sua dimensão étnica, dizendo que é necessária uma nova ordem política, baseada em parâmetros populares.

Este último aspecto é fundamental. Apesar da visão de nação e de povo estarem ligados ao que se concebe como indígena, Zavaleta Mercado não rompe com o “nacional-popular”, como o faz Weffort. Ao contrário, sua ascensão na arena pública boliviana se dá com a militância no nacionalismo revolucionário do MNR, tendo sido inclusive ministro em seus governos. Intérpretes falam em diversas fases de seu pensamento, e notam que no período em que escreveu o texto aqui analisado, *Las masas en noviembre* (2009), já não compunha mais o nacionalismo revolucionário, mas sim defenderia um “marxismo crítico” de tom gramsciano (Antezana, 2009). Porém, é de se notar que mesmo no seu diálogo com Gramsci, Zavaleta Mercado está buscando o tipo de análise que o sardo faz da questão nacional na Itália, tentando compreender a dinâmica das classes na disputa pela hegemonia nacional, ou como faz em *Lo nacional-popular en Bolivia* (1986), discorrendo sobre o papel dos intelectuais e sua produção ideológica no país.

Considerações finais

O que se nota na comparação dos autores é uma crítica à visão republicana onde o capitalismo, na esfera econômica, e a democracia representativa, na esfera política, seriam o ápice do progresso nacional e da igualdade. Os autores avaliam a democracia a partir da participação das massas nos processos decisórios e, a partir de caminhos distintos, notam como o sufrágio em si não garante esta participação. Weffort chama a atenção para a independência de classe, ausente na estrutura populista, e Zavaleta Mercado vê na homogeneidade do poder uma negação da diversidade social boliviana e, portanto, incapaz de criar uma vontade geral. Para Coutinho, a democracia de massas

⁹ René Barrientos, apesar de eleito, foi o primeiro presidente da ditadura militar na Bolívia, aplicando um golpe de Estado no país. É conhecido pela forte repressão ao movimento operário, que era a principal oposição ao seu governo. Governou a Bolívia entre 1964 e 1969. Já Juan José Torres foi também um presidente militar, que efetuou um golpe dentro do golpe e governou entre 1970 e 1971. Buscou maior proximidade com os trabalhadores.

¹⁰ O MNR venceu as eleições na Bolívia em 1949, mas não foi empossado pelo parlamento. Após esses acontecimentos se desencadeou o processo revolucionário conhecido como Revolução de 1952, empossando o partido neste ano.

¹¹ Na nota 91, o autor explica que *huayraleva* significa “leva ao vento”, e foi uma forma do jornal La Calle ridicularizar a democracia restrita a cavalheiros, referindo-se a como era limitado o acesso à cidadania.

só poderá se realizar mediante participação ativa da classe trabalhadora nos processos decisórios, através da criação de novos institutos democráticos.

Tratam-se, com as distintas ênfases, de autores que questionam os parâmetros democráticos do liberalismo. Fazem-no mediante uma proposta de inspiração gramsciana da relação entre Estado e classes sociais, analisando a interação destes sujeitos na esfera da sociedade civil e da sociedade política.

Por fim, buscamos neste artigo introduzir uma reflexão sobre os parâmetros do debate sobre a democracia na América Latina. Ainda que haja muito campo a ser explorado, a discussão dos autores aqui analisados informa sobre o debate democrático da esquerda na região até os dias atuais. No caso de Weffort, sua compreensão sobre a relação entre Estado e classes foi muito influente na atuação sindical do Partido dos Trabalhadores no período em que foi dirigente político dele. No caso de Coutinho, sua visão sobre democracia influenciou não apenas o movimento comunista no Brasil, como toda a esquerda brasileira no período da redemocratização. Já Zavaleta Mercado, com sua interpretação da formação social boliviana, influenciaria gerações de militantes bolivianos, inclusive e principalmente os intelectuais do chamado Grupo Comuna que, inspirados em suas obras, desenvolveriam o chamado marxismo crítico a fim de entender outros períodos da história política da Bolívia.

Referências Bibliográficas

- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Antezana, L. H. (2009). *Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: Formación abigarrada y democracia como autodeterminación*. La Paz: CIDES-UMSA.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Coutinho, C. N. (2014). “A democracia como valor universal”. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em 16 de Março de 2021.
- Coutinho, C. N. (1998). *Gramsci e América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Coutinho, C. N. (2011). *De Rousseau a Gramsci - Ensaio de Teoria Política*. São Paulo: Boitempo.
- Coutinho, C. N. (2005). *Cultura e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular; 1ª ed.: DP&A Editora.
- Cusicanqui, S. R. (2010). “*Oprimidos pero no vencidos*”: *Luchas del campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980*. La Paz: La mirada salvaje.
- Duvoisin, L. A. A.; Ranincheski, S. A. (2019). “O conceito de Estado em René Zavaleta e a influência de Antonio Gramsci”. *Revista Debates*, vol. 13, núm. 1, p. 106-125, Porto Alegre.
- Fontenele e Silva, M. (2019). “As condições sociais de produção e circulação de uma obra - considerações para uma análise de A Democracia como Valor Universal, de Carlos Nelson Coutinho”. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú.
- Galindo, A. F. (1980). *La Agonía de Mariátegui – La polémica con la Komintern*. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo.
- Gama da Silva, A. L. (2016). “Para Além do Estado-Nação? Disputas políticas sobre a ideia de plurinacionalidade na Bolívia”. 139 f. Dissertação não publicada (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- García Linera, A. (2010). *A Potência Plebeia*. São Paulo: Boitempo.

- Gramsci, A. (1982). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Montenegro, D. (2009). “O Averso do Príncipe: Programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores”. 231f. Tese não publicada (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Prebisch, R. (1986). “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. *Desarrollo Económico*, v.26, núm. 103, pp. 479-502.
- Reinaga, F. (2010). *La Revolución India*. La Paz: Movimiento Indianista Katarista.
- Ricupero, B. (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP.
- Ticona Alejo, E. (2013). *El Indianismo de Fausto Reinaga: Orígenes, Desarrollo y Experiencia en Qullasuyu-Bolivia*. La Paz: Chuqiyapu marka.
- Weber, M. (1989). *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Cultrix.
- Weffort, F. (1980). *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Weffort, F. (1984). *Por que democracia?* São Paulo: Ática.
- Weffort, F. (2006). *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ática.
- Weffort, F. (1989). (Org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática.
- Zavaleta Mercado, R. (2009). Las masas en Noviembre. In: *La autodeterminación de las Masas*. Bogotá: CLACSO.
- Zavaleta Mercado, R. (1986). *Lo Nacional-Popular en Bolivia*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores.